



**CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

LEILA MIRTES SANTOS DE MAGALHÃES PINTO

(depoimento)

2011

FICHA TÉCNICA

ENTREVISTA CEDIDA PARA PUBLICAÇÃO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE

Entrevistada: Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto

Entrevistador: Rodrigo Ferrari

Local da entrevista: Atibaia, São Paulo - ENAREL

Data da entrevista: 19/11/2010

Processamento da Entrevista: Rodrigo Ferrari

Páginas Digitadas: 14

Número da entrevista: E-293

Data da autorização para publicação no Repositório: outubro de 2012

Informações complementares: A entrevista foi revisada pela entrevistada antes de sua publicação

Observações:

Entrevista realizada para a produção da Dissertação de Mestrado de Rodrigo Ferrari intitulada *Gestão da informação e conhecimento em esporte e lazer: o caso do Repositório Institucional da Rede CEDES (RIRC)*, apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina em fevereiro de 2012.

O Centro de Memória do Esporte está autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, este depoimento de cunho documental e histórico. É permitida a citação no todo ou em parte desde que a fonte seja mencionada.
--

Sumário

A criação do Repositório Institucional da Rede CEDES; Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte da Secretaria de Desenvolvimento do Esporte e Lazer; Tecnologia de Informação e Documentação; Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte; políticas públicas em esporte e lazer; política de formação de gestores; Programa Esporte e Lazer da Cidade; produção da Rede CEDES; (Congresso Brasileiro de Informação e Documentação); Alimentação do Repositório; Impacto da produção da Rede Cedes na inclusive na área 21 da CAPES; financiamento público de livros e questões sobre direitos autorais; limites e possibilidades do Repositório Institucional da Rede CEDES.

Rodrigo Ferrari: Como e por que surgiu a ideia de criar o R.I. Rede CEDES?

Leila Mirtes Pinto: Entrei no ME em julho de 2007, exatamente no meio da realização dos Jogos Pan Americanos. Cheguei no ME no momento em que todos os Secretários estavam no Rio de Janeiro. Nesse período, procurei conhecer o Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte (DCTEC), da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL), que eu iria dirigir. Confesso que aceitei o convite pelo desafio e compromisso que eu sempre tive em relação à política pública, mas eu não tinha ideia do que significava participar da gestão do Esporte em nível nacional – dirigindo o DCTEC.

Quando eu cheguei, a primeira pergunta que fiz foi: qual a principal ação deste Departamento? Todos falaram que era a Rede CEDES. Você vai coordenar a Rede CEDES. Então, eu perguntei: quem é que está na Rede? Quais são os projetos desta Rede? E somente obtive respostas a essas perguntas dois meses depois; primeiro, porque quem estava à frente dessa coordenação estava também no Pan do Rio de Janeiro; segundo, porque mais ninguém sabia me informar sobre os dados que eu pedia.

A Rede CEDES me foi apresentada como uma lista de convênios. Começou aí a minha curiosidade para entender o que foi produzido e qual o significado que era atribuído a essa produção; o que justifica o projeto de criação da Rede. Afinal, a Rede CEDES, segundo o que constava no site do ME, foi criada com o objetivo de produzir conhecimentos que pudessem qualificar a política pública de esporte recreativo e lazer. Política que também desenvolvia os núcleos do PELC, Programa Esporte e Lazer da Cidade; política pública de esporte e lazer de inclusão social.

Naquele mês de julho de 2007, acredito que eu tenha trabalhado muito mais como consultora do que como diretora; eu me coloquei na condição de agente externo, procurando compreender o trabalho que foi e que deveria ser feito pelo DCTEC. Nesse momento, nasceu minha preocupação com a gestão do conhecimento e da informação produzida pela Rede CEDES e, na mesma hora, eu pensei: Nós estamos precisando trabalhar com ferramentas de tecnologia adequadas para esta gestão. A demanda que eu levantava crescia com a necessidade das informações e as dificuldades que eu estava tendo para enfrentar esse desafio.

Então, eu acho que o primeiro impulso foi pessoal. O segundo, foi dado pela Rejane Penna Rodrigues (Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer) que achou muito bom meu posicionamento, e muito interessante a ideia das Tecnologias de Informação e Conhecimento (TIC's) na gestão da SNDEL, como um meio de dar respostas ao objetivo principal da Rede CEDES.

Ai começou a façanha. Porque ao mesmo tempo em que eu coordenava a Rede CEDES, eu coordenava também o CEDIME (Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte), outra ação administrada pelo DCTEC, mas que, até aquele momento, ninguém sabia explicar direito o seu objetivo. Mas, pelo diagnóstico que fizemos, a gestão do conhecimento que estávamos propondo teria que ser realizada com uma tecnologia do CEDIME.

Meu passo seguinte foi saber, quem faz gestão do conhecimento e da informação no governo federal? Para responder a esta pergunta Débora Alice Machado da Silva, uma das Coordenadoras do DCTEC, fez um trabalho muito bacana, levantando dados sobre todos os Ministérios que já trabalhavam com as TIC's. Porém, ao mesmo tempo em que fomos levantando dados sobre as experiências já existentes, eu fui me deparando com uma série de problemas. Por um lado, vários Ministérios trabalhavam, mas não dava para falar em gestão da informação e conhecimento (GIC) do governo federal. Por outro lado, não havia um trabalho mais avançado do ponto de vista da minha expectativa. Nós não encontramos no governo federal produção de conhecimentos específicos para a política pública e muito menos uma gestão mobilizadora que pudesse dar circularidade aos conhecimentos produzidos, de modo que eles pudessem voltar para a população. Via no plano da informação orientações para gerenciamento de programas, muito mais do que gestão do conhecimento.

Isso tudo foi aumentando nossa expectativa com o CEDIME. Nosso alvo passou a ser o CEDIME. Ainda em 2007 a Rejane negociou muito para investirmos no CEDIME. Conseguimos, entre 2007 e 2008, apoios importantes da SERPRO e de outros órgãos federais para nos auxiliar na implantação do CEDIME, mas não conseguimos que o ME assumisse esses apoios para os colocarmos em prática. A primeira impressão que isso me

dava era que não havia um apoio ao nosso trabalho. Segundo, um pouco mais adiante eu percebi que não bastava só o apoio do ME. Não bastava a SERPRO vir com canais abertos, vir o IBICT, não adiantava vir ninguém se a própria casa não tivesse matéria-prima para gerenciar. Antes de tudo nós precisávamos promover a cultura da avaliação, da documentação. Percebíamos que o CEDIME exigia que essa cultura fosse extensiva a todas as secretarias do ME, pois o CEDIME é uma ação de todo o ME, não apenas da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer (SNDEL) onde estava a Rede CEDES.

Então, eu fui aprendendo, com a paciência histórica de quem trabalha com pesquisa e gestão pública, que nós estávamos um passo a frente de um movimento político, que era muito interessante, mas que precisava de um amadurecimento. Por isso, mudamos nosso foco em 2008. Mudamos nosso foco de um grande trabalho junto com a SERPRO para, primeiro, um trabalho interno da SNDEL. Foi um processo de amadurecimento que aconteceu passo a passo. Vencemos, primeiro, a dificuldade da documentação da produção da Rede CEDES. Nós levamos dois anos para reuni-la: para localizar os convênios, os processos, trazer toda documentação para o nosso departamento, organizar minimamente a produção decorrente. Levamos dois anos para fazer isso. Não é um trabalho fácil pela sua natureza, pois são muitos papéis, arquivos em prédios diferentes, considerando, também, que a equipe que eu tinha era muito reduzida. Uma pessoa praticamente, duas no máximo trabalharam nisso. Principalmente, a Débora Alice Machado da Silva e a Andréia Meneses Silva Lopes.

Outro passo que foi fundamental para amadurecer esse desejo de consolidarmos o CEDIME como um repositório foi o fato da Rede sempre se reunir; mesmo que a gente não tinha a prática de um diálogo mais próximo (diário, semanal, mensal). Nós tínhamos, todos os anos, reuniões regionais e nacionais. Essas reuniões foram fundamentais para o nosso trabalho com a Rede.

Minimamente, conversávamos pessoalmente e trocávamos nossas ansiedades, principalmente tivemos que realizar um trabalho, que sem ele o repositório não teria muito sentido, no meu ponto de vista: precisávamos de maior aproximação entre os pesquisadores da Rede CEDES e os gestores do PELC. Não dava para pensar Rede CEDES está aqui, Núcleo PELC está lá e o que eu estou fazendo numa reunião do PELC? Eu estou

simplesmente aqui, como pesquisador, porque formalmente a Rede foi criada por causa do PELC.

Tivemos que repensar esta relação direta entre as pesquisas e as ações dos Núcleos do PELC. Minimamente, a Rede deve tomar os problemas do PELC como ponto de referência para a sua produção. É isso que justifica a produção científica da Rede CEDES. A qualificação da política pública, realizada lá no chão da comunidade, na escola, nas ruas, enfim, nos projetos sociais desenvolvidos tanto pelo governo federal como de outros projetos.

Nessas reuniões fomos conversando. Em um desses Encontros, eu tive a oportunidade de conversar com o Giovani Pires e aí começamos a amadurecer a ideia do repositório. Em 2008 estávamos realizando um encontro da Rede em Belo Horizonte, junto com o 2º CONBIDE (Congresso Brasileiro de Informação e Documentação), quando aconteceram fatos que, para mim, irão ficar na história dessa mudança de política do ME. O que aconteceu naquele encontro? Nós pudemos amadurecer o processo. Quero registrar aqui que eu tenho um amigo em Santa Catarina que topa tudo. Ai eu desafiei o Giovani Pires a fazer uma proposta de repositório e ele topou. É por isso que tem que ter sonhadores e realizadores, isso é fundamental.

Eu acho que o CONBIDE teve outro papel muito importante para esse processo por causa das relações de maior proximidade que pudemos estabelecer entre os pesquisadores e as discussões sobre informação e documentação. Porque não adiantava essa discussão ser amadurecida com os secretários nacionais e o próprio ministro Orlando Silva. Eles já estavam, ao longo do trabalho desenvolvido em 2007, conscientes da importância, mas e daí? Se a própria equipe de cada uma das secretarias, se os próprios pesquisadores e gestores do PELC não entendiam, minimamente, o papel da produção científica da Rede.

A Rede CEDES não foi criada apenas para produzir qualquer tipo de projeto de pesquisa. Ela foi criada para produzir projetos que tenham intencionalidade de repensar a prática social do Esporte e do Lazer. Além disso, não adianta produzirmos muitos estudos e eles ficarem sem circularidade, apenas como obra citada no relatório da CAPES. É muito bom contribuir com a produção científica de cada pesquisador, mas não é esse nosso

objetivo. A ideia é que seus estudos voltem para o campo das políticas públicas de esporte e lazer e que possa, realmente, suscitar o repensar e a qualificação dessas práticas.

As TIC's passaram a ser, em 2008, um dos princípios da SNDEL. Passamos a trabalhar os dois departamentos articulados, o de Ciência e Tecnologia e o de Políticas Sociais, tentando dar conta de 4 aspectos: (1) produção de conhecimento, principalmente diagnósticos, precisávamos de pesquisas que pudessem nos ajudar a repensar e conhecer a realidade dos programas que estamos trabalhando no âmbito do Esporte e Lazer; (2) produção de um material resultante dessa pesquisa, no mínimo um relatório mais detalhado de pesquisa. Se possível um livro, vídeo...; (3) a sistematização e organização desse material; (4) a geração de informações, a circularidade desse material, procurando que, finalmente, com essa circularidade, os conhecimentos produzidos chegassem até a ação educativa que estava sendo desenvolvidas nos nossos núcleos do PELC.

Então, nós passamos a ver a GIC precisando de tudo: de pesquisadores; de eventos como ENAREL, o CONBRACE e outros congressos nacionais e internacionais; de formação de gestores; de reuniões dos programas; publicações. Afinal, não é fácil desenvolver um política nacional, estamos no Brasil de 5.548 municípios. Só a saúde chegou a todos eles, nem a educação conseguiu chegar em todos os municípios, e nós queremos chegar em todos. Se não dá para ser presencialmente, principalmente com o orçamento que temos, a tecnologia é fundamental. Assim, o repositório passou a ser uma estratégia política importante para alcançarmos o objetivo de difusão do conhecimento como um dos meios para (queríamos a universalização do conhecimento, que chegasse em todos municípios) que, de fato, pudéssemos democratizar conhecimentos que possam ajudar a qualificar essas nossas práticas.

O repositório, para mim, nasceu daí. Ele ainda não é ideal. Avançamos na etapa de criação do repositório, mas agora temos que criar a cultura de alimentação e retroalimentação desse repositório; e a cultura do usufruto desse trabalho. Precisamos mobilizar a articulação dos conhecimentos que o repositório organiza, e fazer com que eles cheguem não apenas até os nossos colegas das universidades brasileiras, mas também cheguem até os gestores e a população em geral. São passos históricos a serem dados pela próxima gestão do DCTEC.

Rodrigo Ferrari: Voltando um pouco para os encontros, tem uma coisa que eu ando pesquisando nesse contexto dos repositórios, que é o processo de legitimidade do sistema. As pessoas que fazem parte dessas comunidades se sentem integrantes do projeto, serem autoras do mesmo. Essas reuniões que ocorreram foram muito importantes para isso.

Leila Mirtes Pinto: Não só para o repositório como para a Rede CEDES. A rede se fortalece cada vez mais, porque as decisões são coletivas, tomadas em reuniões presenciais com todos os coordenadores dos projetos. Isso não é fácil, e também não é barato, mas nós conseguimos, ao longo dessa gestão, realizarmos, no mínimo, uma reunião por ano e, no máximo, 2 com cada um dos pesquisadores. Concordo plenamente com você e acho que o próximo passo é criar outros mecanismos de participação, procurando valorizar mais a participação de todos. Todo mundo do ME e nossos conveniados das universidades já estão preocupado com as questões da documentação, mas saber da importância, estar sensibilizado não basta. É preciso agir. Nesse sentido, ainda precisamos dar um passo. Pensar outros mecanismos que mobilizem mais a participação efetiva de todos.

Rodrigo Ferrari: Acho que esse é o principal foco da pesquisa. Como é que vamos criar e efetivar esse rede. Dai surgem duas estratégias: a questão legal, via edital, que obriga o depósito no repositório. A outra é a formação dos usuários para que eles entendam o contexto cultural e político do repositório.

Leila Mirtes Pinto: Os nossos editais de fomento de pesquisa já colocam que, o concorrente a um apoio por meio de edital precisa estar em dia com tudo que prevê o edital, inclusive a entrega dos resultados das pesquisas anteriormente apoiadas. Se ele não estiver quites não vai ter novo convênio assinado. Se você já têm uma pesquisa que foi concluída em tempo hábil e você não prestou conta, não adiante que nós não vamos fazer outro convênio com você. Também já consta do edital a obrigação da indexação no repositório de, no mínimo, o relatório da pesquisa concluída. No edital de 2009 já têm isso. Podemos até verificar com mais calma.

Em relação a formação que você menciona, que processo é esse que poderá formar as pessoas educando-as para depositarem suas produções no repositório? Acho que dizer da importância da circularidade da informação é muito pouco. Em primeira instância, esse processo poderia acontecer por meio de palestras, debates, etc. Sempre ter esse tema como pauta nas reuniões de coordenadores seria uma estratégia importante para isso. Mas eu acho que só isso não resolve. Devem ser criadas outras estratégias para que o produto indexado gere valor agregado para quem o deposita. Por exemplo, não adianta eu colocar toda minha produção lá se não acontece nada para mim depois. Precisamos de uma outra ação do ME que deveria ser acionada para dar sentido ao repositório. Mas, ainda, não temos instrumentos para isso. No momento que o repositório estiver funcionando a todo vapor, que for um sistema de gestão compartilhado por todos, que implicar a formação de gestores, estaremos dando outro passo importante. Podemos começar a trabalhar com a formação dos gestores com os produtos que estão no repositório, inclusive acionando os coordenadores de pesquisa para se participarem dos processos de formação, isso será sem dúvida um ponto muito importante.

Por isso, Rodrigo, é que eu acho que uma pesquisa como a sua tem que ouvir quem coordena os núcleos do PELC. Conversar com a Cláudia Bonalume. Faça uma entrevista com ela. Ela é diretora do departamento de Políticas Sociais, que coordena os núcleos do PELC e a formação dos gestores, que em primeira instância está com ela. Os dois departamentos da SNDEL têm uma afinidade muito grande, os projetos estão articulados, pois são dois eixos intrínsecos, mas, na ação, ainda são estranhos, não atuam junto.

Nas reuniões de formação do PELC, só bem recentemente, estamos começando a tematizar a Rede CEDES dentro delas, mas o PELC tem outra equipe, sistema e lógica de formadores, que ainda não absorveu o conjunto de possibilidades da Rede CEDES. Essa é uma análise crítica que eu faço, não conseguimos fazer isso ainda. Quem sabe o repositório não poderá ser um meio importante para isso. Por isso, conversar com a outra diretora, que responde pela formação do PELC, seus convênios e os resultados dos núcleos do PELC, seria muito interessante. Essa articulação pode ser feita a curto, médio e longo prazo. Sabemos que isso não é fácil. A tradição de trabalhos separados entre os departamentos deve

ser mudada. A Rejane tem muita preocupação com isso. Ela acredita na ação integrada de toda SNDEL e intersetorial com outras secretarias e ministérios. Por isso, eu participei do encontro dos formadores do PELC. Eu fui nesse último, realizado na UFMG, e vejo que eu outra pessoa importante para você ouvir é o professor Hélder Isayama, da UFMG, ele é o coordenador da formação dos formadores do PELC, e, ao mesmo tempo, ele é pesquisador da Rede CEDES. Ele sabe do repositório. Dialogar com ele vai ser muito importante para seu trabalho.

Nesse último encontro do PELC foi colocada, pelos próprios formadores, a demanda desta discussão: do pesquisador da Rede CEDES que também é formador do PELC. E são vários que estão nesse caso. Estamos carentes de outros fundamentos. Queremos mais, a política pública em esporte e lazer cresceu bastante e nós temos a Rede CEDES, que reúne 60 Universidades em todo o Brasil, vamos nos apropriar dos produtos destes pesquisadores. Mas como? Na hora em que os pesquisadores começarem a ser acionados, de fato, verem seus produtos serem aplicados, discutidos, analisados. Não é para servir de modelo, até mesmo para falar que o que precisamos não é bem isso que a pesquisa está dizendo.

Rodrigo Ferrari: Isso pode voltar para qualificar a pesquisa também.

Leila Mirtes Pinto: Isso. Muitas vezes a pesquisa está indo na contra-mão do processo, não sabemos. Esse é um diálogo importante. Outra dificuldade que eu quero colocar. Se os produtos são artigos publicados, é tranquilo o colocarmos no repositório, mas se forem livros, em PDF, estamos enfrentando dificuldades. Vários livros que nós apoiamos já estão em PDF no site do ME, mas vários outros não foram autorizados por problemas com direito autoral. A alegação é que, por um lado, os livros estão cada vez melhores, estão sendo editados por editoras conceituadas, o que qualifica a produção, impacta no relatório dos pesquisadores, inclusive com valorização da área 21 pela CAPES. Esse impacto está muito claro. Mas, por outro lado, uma boa editora também é comercial. Nossos livros, cuja edição que o ME paga deve ser distribuída gratuitamente. Mas editoras que pagar e comercializar outras edições, impedindo a difusão do livro em PDF pelo ME.

Rodrigo Ferrari: de qualquer forma o conhecimento produzido é financiado com dinheiro público.

Leila Mirtes Pinto: Isso. A edição que o ME paga deve ser distribuída com dinheiro público e o impasse está aí. Direito autoral! Teoricamente esse direito é do ME. E isso está sendo discutido. Até hoje essa discussão não veio à tona com toda força, porque, primeiro, a Rede CEDES começou a investir em pesquisa para valer mesmo em 2007, agora de 2009 para cá é que os livros começaram a chegar. Então, o problema está vindo agora. Como a produção está cada vez mais refinada, foi em 2010 que esse problema começou a ficar maior. Tem editora que fala assim: tem tanto produção da Rede CEDES aqui na minha universidade, que eu topo fazer a de vocês, mas um livro por ano. - Não me manda dois que eu não faço. Essa é uma questão que iremos colocar em pauta numa próxima reunião de coordenadores, para que seja discutida. Para pensarmos como vamos fazer para sair desse impasse. Já temos algumas ideias, alguns defendem que a primeira edição deve ser gratuita, as demais podem ser vendidas. Mas se forem vendidas, não pode ser colocada em PDF. Outros falam que o fato de colocarmos a edição em PDF aumenta a venda do livro impresso.

Rodrigo Ferrari: Nós estamos pesquisando essa problemática, que é comum em todo mundo. Tem um tipo de licença que a Creative Commons, que é uma questão legal em que o autor restringe o uso da obra para algumas coisas, mas, por exemplo, você pode disponibilizar essa obra em formato digital sem infringir os direitos autorais tradicionais. Quem organiza isso no Brasil é a FGV.

Leila Mirtes Pinto: Você me pode me orientar melhor sobre isso, com dados? Estamos precisando.

Rodrigo Ferrari: A Gisele Schwartz também estava falando sobre isso, que elas têm uma publicação do grupo agora que pode esbarrar nesse quesito. A defesa teórica disso é a

questão do bem material e imaterial. O digital é diferente do papel, reduz praticamente a zero o custo de distribuição, além do mais, essa produção é financiada com recursos públicos. Faz parte da pesquisa aprofundar essas questões e criar soluções para isso.

Leila Mirtes Pinto: Esse é um dilema, eu diria gostoso de enfrentar, porque isso significa que a produção está boa. Então, eu acho essa questão da formação que você está falando muito importante. Ela deve ser pensada em moldes bem dinâmicos. E outra, não adianta você formar para ter acesso, se o acesso não estiver aberto e com possibilidade de ser acessado por qualquer pessoa. Formação de público para o repositório é importante, porque se esse acesso for só via as universidades ele perde uma boa parte de seu valor. Nós temos que formar pessoas para que entendam que produção é aquela, para quem ela serve, o que vou fazer com ela? O repositório é uma pedrinha no meio de um caminho enorme. A ideia nasce para dar sentido ao fato de tratar de Ciência e Tecnologia na política pública, o contexto inicial é esse. O fim continua sendo o problema inicial. Não adianta termos o repositório, se ele não voltar para contribuir com a política pública como um todo. Quando eu falo em formação de público, eu falo de uma maneira que vai ajudar muito o CEDIME, uma vez que uma de suas tarefas é criar um alicerce para que o Sistema Nacional de Esporte e Lazer comece a funcionar de forma mais eficiente.

Quem sabe o exercício do repositório da Rede CEDES seja mais do que semente, e já não é uma plantinha mais crescidinha do CEDIME? Quem sabe não terminamos ainda esse ano com um plano de formação de público para o repositório? O que é o repositório ser acessado por estudantes, professores, gestores, pessoas do próprio governo federal, do ME, prefeituras e qualquer cidadão que se interesse pelo assunto?

Pensar nessas questões é dar sentido à ideia do repositório. Apesar de essa palavra parecer que eu estou guardando, traz uma imagem inicial de que é uma biblioteca onde vou guardar, ontem era livro, hoje são dados, mas ela é uma palavra muito dinâmica. Eu não estou guardando, estou colocando numa vitrine para que todo mundo vá lá e acesse. O que eu aprendi nesses quase quatro anos, é que o repositório é um avanço muito grande para a política pública de esporte e lazer no Brasil. Se você pensar o que foi a política até pouco tempo atrás, e ela ainda é em boa parte desse país, e agora falarmos em política pública

qualificada pelo conhecimento e informação: é século 21 mesmo. Se você for considerar que ainda temos políticas públicas paternalistas, que conhecimento que nada, o que importa é ter uma bola, uma camiseta, um lanche na hora da atividade física... esse tipo de política ainda existe, mas está mudando, mas ainda existe muito.

É um processo de renovação, mas não vejo retorno nisso. Não dá para retornarmos mais. Retorno no sentido do retrocesso. Hoje estamos entrando numa discussão que já é presente em todas as áreas. Não dá mais para falar que isso não é importante, não tem sentido. E eu acho que vocês estão numa ponto desse fio da história muito importante nesse processo.

Rodrigo Ferrari: Como você vê a continuidade do repositório nessa troca de gestão, de governo? A questão do repositório de estar fisicamente na universidade, que cria certa independência, como tu vê isso?

Leila Mirtes Pinto: A troca nunca me assustou, eu particularmente não gosto de ficar muito tempo num mesmo lugar. A mudança é salutar. Porém, temos que ser estratégicos na mudança. Mudar pessoas não quer dizer mudar políticas. Acho que o repositório é um dos elementos de um processo de permanência. O repositório estar fora do ME, em uma universidade, é estrategicamente muito bom, embora eu ache que o CEDIME deva ser dentro do ME. Não tem sentido ele estar fora. Mas o fato do repositório estar hoje em Santa Catarina é muito bom por dois motivos, primeiro porque vocês conhecem o processo e devem ser pessoas estratégicas nesse processo de continuidade dessa política nacional. Segundo, porque vocês são pessoas sérias, se não fosse uma universidade séria, pegaria o repositório e faria dele o que quisesse. Quando temos uma universidade séria e que conhece a história, nesse momento é bom estar fora. Vamos supor que a cultura ainda não está consolidada entre todos os pesquisadores, se o repositório estivesse dentro do ME, ao mudarem as pessoas o projeto morreria. Nesse momento, ele deve estar fora, porque ele ainda está em fase de consolidação. Confio que vocês vão continuar fazendo esse trabalho de forma brilhante.

O problema que desafia é a passagem seguinte para um CEDIME, alocado numa central no ME com seus pontos em todos os estados e vocês liderando essa articulação entre todos os estados pela experiência com o repositório. Outro aspecto é que ninguém deve fazer nada para si mesmo, fazemos para história. Aprendi com a área da informação que se você não tiver um registro minimamente confiável para a continuidade de sua história é complicado, alguém pode chegar, apertar um botão e deletar tudo. Eu tive dificuldade em documentação quando entrei no ME, então criamos uma cultura de documentação em nosso departamento, um pequeno exemplo. Nosso departamento tem um banco de dados em rede com acesso para todos da SNDEL, mas está em excel, o que adianta? Se alguém apagar, morreu a história.

Qual é a briga para garantir essa história? Criar um sistema com a central de informação do ME, que aí não é uma responsabilidade só do departamento. Eles entenderam, estamos usando esse projeto como estudo piloto e, se der certo, será ampliado para todo ME. Olha está nascendo o CEDIME. Ai vamos garantir todas as informações dos convênios, e com vocês todas as informações das produções. Paralelamente a isso, temos que pensar na história futura, porque alguém pode chegar e querer deletar tudo, mas eu duvido que essa pessoa vai ter coragem de fazer isso, e ninguém vá fazer nada. Eu vou ser uma que irá cobrar. Como eu não sou pesquisadora da Rede CEDES, eu tenho que ter um instrumento de cobrança, o livro que está sendo lançado esse mês é um balanço da Rede CEDES.

Pagamos duas pesquisas, uma que está fazendo a avaliação dos núcleos do PELC e Segundo Tempo, e outra que está fazendo o balanço da Rede CEDES. Está em livro, CD, outra universidade. Estou trabalhando com riscos, por isso penso em tudo que possa ser possível. Principalmente porque não dá para trabalhar ingenuamente, sem profissionalismo, sem banco de dados confiáveis. Em relação ao repositório, só nós sabemos o que foi fazer esse produto, então temos que colocar na boca de todo mundo. Quem vai defender a Rede CEDES, se não conhece a Rede CEDES? Quem vai defender a produção da rede se nunca teve acesso a mesma? Quem vai defender a continuação da Rede se nunca utilizou essa produção para nada?

Tem gente que pode até falar: Por que vocês estão pagando pesquisas para o esporte? Quem tem que pagar isso é a educação. Nós temos argumentos para responder: ao investir na pesquisa, não estamos apenas qualificando quadros da universidade, estamos também, contribuindo com o principal papel da universidade. Ela só existe de fato, por dar retorno para a sociedade.

Nesse sentido, a publicação do balanço é uma estratégia. Ao publicarmos esse balanço de duas gestões, destacamos que o fato da primeira gestão trazer para seio da política nacional de esporte a ideia de ciência e tecnologia foi muito inovador e importante. A segunda gestão, desenvolveu isso ao máximo das condições políticas, tecnológicas, orçamentárias e de parcerias que foram possíveis de serem estabelecidas nesses 4 anos.

Acho também, que estamos trabalhando com um grupo muito bom, 60 universidades muito capazes, talentosas, valorizadas pela seriedade e profundidade de seus trabalhos. Eu acredito nisso e que eles vão continuar por si só essa defesa e aí não tem medo nenhum de continuidade. É bom pensar em todas possíveis consequências, para levantar fatores mitigantes para lidar com esses riscos e de fato deixar um projeto de continuidade para o país.

Rodrigo Ferrari: Por fim, queria te pedir para falar um pouco mais sobre os limites e possibilidades do repositório. No sentido de o sistema ainda ser uma solução nova, que se origina a partir de um problema mais antigo, que está se consolidando e demonstrando suas possibilidades para um futuro. De estruturação, organização, democratização, ou seja, de tudo que está vinculado com o repositório e a gestão do conhecimento.

Leila Mirtes Pinto: Permite-me só completar. Tudo isso está ligado a um projeto que não é só o repositório que vai dar conta, está vinculado ao CEDIME. Não adianta termos somente um belo repositório da Rede CEDES. Para resolver a política pública nacional de esportes tínhamos que ter vários repositórios, do rendimento, educacional, ou um repositório com várias comunidades, essa seria a estrutura do CEDIME. Esse é um limite, visto não como barreira, e, sim um limite que demonstra um fato histórico importante, ou seja, o repositório mostrou que é possível o CEDIME. Só para isso é preciso de uma estrutura maior. O

próprio repositório vai ser analisado e servir de exemplo para o ME como um todo. Outro limite é a ampliação de seus públicos. Até agora estamos falando só de pesquisadores, temos que avançar nesse sentido.

[FINAL DO DEPOIMENTO]